

Ensino e memória: prática docente e o livro didático nas escolas ribeirinhas de Cametá- PA

Teaching and memory: teaching practice and textbook in the riverside schools of Cametá- PA

Andrea Silva Domingues^{1*}, José Alcir Wanzeler Prestes², Marcos Fábio Freire Montysuma³

RESUMO

O Livro Didático é considerado por estes pesquisadores um instrumento de memória que participa do processo de construção identitária do aluno; partindo deste pressuposto que neste artigo científico temos como objetivo analisar pela e nas memórias de professoras, recortadas de narrativas orais, de entrevistas semi-estruturadas; apresentar aos leitores deste texto um pouco da realidade educacional experimentada na região amazônica; do ser e trabalhar como professora, em uma escola ribeirinha na cidade de Cametá-Pará, no interior da Amazônia Tocantina. Como alguns resultados será possível entender os usos da memória e o significado do LD na vida dessas educadoras.

Palavras-Chave: Escola Ribeirinha; Educação; Memória; História Oral

ABSTRACT

The Didactic Book is considered by these researchers an instrument of memory that participates in the process of identity construction of the student; based on this assumption that in this scientific article we have as an objective to analyze by and in the memories of teachers, selected from oral narratives, and semi-structured interviews; to present to the readers of this text a little of the educational reality experienced in the Amazon region; of being and working as a teacher, in a riverside school in the city of Cametá-Pará, in the interior of the Tocantine Amazon. As some results it will be possible to understand the uses of memory and the meaning of the Didactic Book in the lives of these educators.

Keywords: Riverside School; Education; Memory; Oral History

¹ Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins – Cametá – Faculdade de Letras Língua Inglesa

*E-mail: andrea.domingues@gmail.com

² Secretaria de Educação de Tomé Açu – PA.

³ Universidade Federal de Santa Catarina / Programa de Pós-Graduação em História/CFH e Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas/CFH.

APRESENTAÇÃO: OLHARES ETNOGRÁFICOS

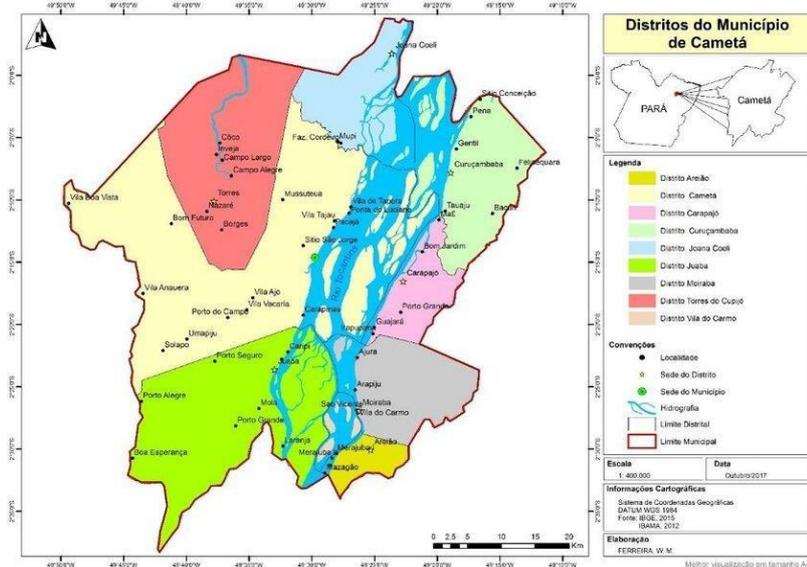
Não consideramos nem a educação como um dado nem a sociedade como um produto; elas se constituem mutuamente. Se assim for, o estudo da educação não pode estar apartado da sociedade que a produz. Os processos que entram em jogo na constituição da educação são processos histórico-sociais; desta forma antes de tomarmos como objeto de análise deste estudo o Livro didático (LD) de Língua Portuguesa (LP), nos propomos nesta primeira parte introdutória deste texto, apresentar ao leitor através de dados do IBGE e de um olhar etnográfico; a região da Amazônia Tocantina, especificamente a cidade de Cametá-Pará, para que este possa mesmo que rapidamente conhecer a realidade geográfica das escolas rurais das ilhas/ribeirinhas, objeto de discussão e problemática de nossos estudos, para em um segundo momento de nossa narrativa a partir da prática da história oral com professoras do município de Cametá-PA, que atuam nas ilhas; compreender o que é ser uma educadora rural ribeirinha, suas labutas cotidianas e o significado do LD em suas aulas.

Cametá está localizada na margem esquerda do rio Tocantins no Estado do Pará e conforme o censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, teve sua população com o número de 120.896 habitantes e uma estimativa para 2019 de 137.890 habitantes; referente à educação, os dados do IBGE (2020) apresentados publicamente, no ano de 2018, foram, para o Ensino Fundamental, um total de 208 escolas com 28.556 matrículas e 1511 professores para atuar nos espaços escolares; e no ensino médio foram identificadas 13 escolas com um total de 6.096 matrículas e 218 professores para atuarem nestas séries.

A população rural das regiões amazônicas, e em consequência as escolas públicas destas comunidades vivem de duas formas distintas em sua ruralidade, ou seja, em terra firme e em região das ilhas. Na primeira predomina o cultivo da mandioca para a produção da farinha e extração de frutas e hortaliças nativas; já na segunda, nas ilhas, o açaí é o principal produto de extração (IBGE, 2019). É importante destacarmos que estamos falando de uma região amazônica entre florestas, rios e igarapés, onde a maioria da população se concentra em comunidades distantes da cidade, residem em ilhas, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, em regiões entre rios e florestas os quais procuram a cidade para revenderem seus produtos provenientes de sua relação com a natureza, motivo de sua sobrevivência.

No levantamento de dados realizado na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) junto a Divisão de Estatística Educacional e Censo Escolar do ano de 2020, é possível constatar que a cidade de Cametá conta com um total de 115 (cento e quinze) escolas ribeirinhas, que funcionam em ilhas, sítios rios, vilas ou várzea; distribuídas em oito distritos à saber: Janua Coeli,; Curuçambaba; Carapajó; Cametá Rural; Juaba; Porto Grande; Torres e Vila Do Carmo, que estão distribuídos em Cametá conforme mapa abaixo:

Mapa: 01- Distritos administrativos de Cametá

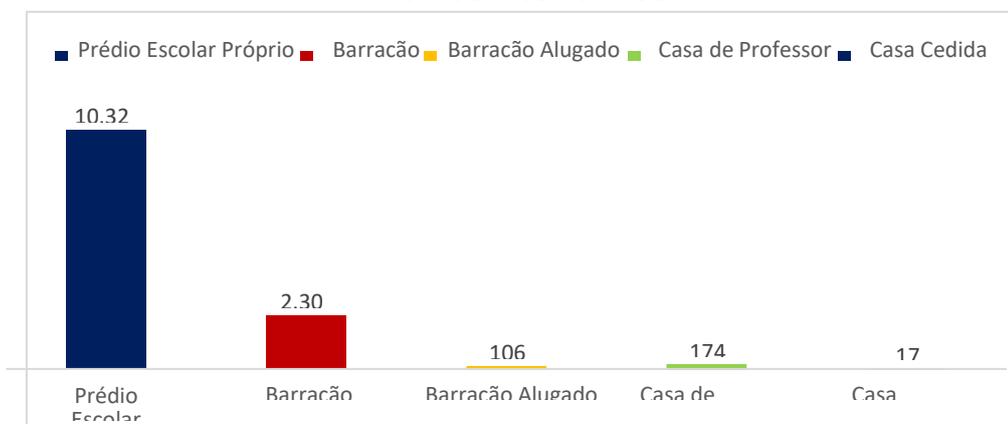


Fonte: Adaptado por WANZELER, Yasmin R.; FERREIRA, Welington M. a partir de dados do IBGE (2015); IBAMA (2012), disponível em: file:///C:/Users/andre/Desktop/ebook_geotecnologias_aplicadas_no_campo_interdisciplinar1.pdf

Destas 115 (cento e quinze) escolas, 74 (setenta e quatro) funcionam em ilhas; 16 (dezesesseis) em sítios; 06 (seis) em Vilas; 05 (cinco) em Rios e 03 (três) em Várzea. Apenas 63 (sessenta e três) escolas possuem prédio escolar próprio construído pelo município, 36 (trinta e seis) escolas funcionam em barracão comunitário cedido ou alugado e 02 (dois) funcionam em casa de professor e estão distribuídas em oito distritos do município de Cametá-PÁ.

GRÁFICO: 01- Alunos Ribeirinhos/ das ilhas atendidos por Distrito em Cametá

Alunos Atendidos



Fonte: Elaborado por PRESTES, José Alcir Wanzeler. 2020

A SEMED de Cametá tem registrado 12.931 (doze mil novecentos e trinta e um) alunos matriculados no ensino básico das regiões das ilhas e das águas dos quais para frequentar esse espaço escolar são necessários atravessar rios e ou estradas que levam a Escola, espaço institucionalizado de ensino. Em sua grande maioria os alunos e alunas são filhos de trabalhadores e trabalhadoras das águas e das matas; pescadores, que retiram do rio o pescado e do solo o açaí que é o principal produto de extração que serve de alimento para sua família e sustento, já que na região não possui muitas oportunidades de empregos por falta de políticas públicas, sendo a educação um caminho importante para os meninos e meninas resistirem as desigualdades sociais que sujeitos da Amazônia enfrentam no seu cotidiano sejam pelas políticas públicas, sociais históricas e ou culturais.

Foi na prática de pesquisa, no fazer etnográfico, além de método, “mas na própria teoria vivida” (PEIRIANO, 2008, p.3), com nosso olhar provocado pelas leituras direcionadas a esta pesquisa, que observamos que as escolas rurais da Amazônia tem características específicas, e isso, exige uma política de educação diferenciada, para atender o público infantil, pois são crianças, que necessitam de transportes escolar para poder chegar nas instituição de ensino, sem dizer que, não há escolas suficientes para todos, um grande número ainda funciona em casas cedidas, alugadas ou em barracão, como observamos no gráfico 01 (um). A política do transporte escolar pouco funcionam, e os alunos na maioria tanto de terra firme, quanto das ilhas, necessitam se deslocar para terem o acesso à educação, porém o desafio está na falta de política pública de transporte que possa garantir para os alunos e professores meios para chegarem aos locais de estudos

e trabalhos. No entanto, apesar dos esforços de alunos, professores, observamos as dificuldades das escolas das ilhas e terra firmes, tanto nas questões estruturais físicas quanto de recurso e materiais inerentes ao desenvolvimento do ensino na formação do aluno, pois mesmo com a garantia do acesso e a permanência na escola de estudantes ainda constatamos tal negação do poder público em relação a educação no interior da Amazônia.

Imagem: 01- Transporte escolar.



Fonte: PRESTES, José Alcir Wanzeler. 2020.

Imagem: 02 – Transporte de rabeta



Fonte: PRESTES, José Alcir Wanzeler. 2020.

Imagem: 03 – Transporte de canoa familiar



Fonte: DOMINGUES, Andrea S. 2018.

A imagem 01 (um) um dos barcos que navega para levar os alunos até a instituição de ensino, meio de transporte fundamental, uma vez que é a única forma de fazer com que muitos alunos tenham acesso ao espaço escolar. O aluno ribeirinho se levanta cedo, caminha entre pontes e florestas, fica à beira dos rios esperando o barco chegar; além do transporte escolar este quando possui condições utiliza de canoas próprias ou suas pequenas rabetas. Se for época de chuvas, encara as águas agitadas dos rios da Amazônia; pois o calendário escolar funciona junto os tempos de seca e de chuvas. A maioria dos barcos não possui equipamentos de segurança, são velhos e colocam o tempo todo a vida das crianças e professores em risco. As crianças mais velhas cuidam dos pequenos no embarque e desembarque e no balanço das águas. A rotina diária dos alunos e professores para ter acesso a escola ribeirinha é uma labuta, cheia de aventuras e perigos; o aluno ribeirinho chega ao espaço escolar já merecendo seu descanso; por isso é fundamental políticas públicas específicas educacionais e a Educação do Campo vem contribuindo muito com esta discussão.

Atualmente os debates em forma de políticas de educação da região ribeirinha da Amazônia paraense e do campo, vem chamando atenção e provocando mudanças no sentido de reconhecer as especificidades das realidades que estas apresentam para a população de maneira peculiar e singular, revelando as necessidades de adequações de espaços e estratégias que venham colaborar com a formação dos processos de ensino

aprendizagem dos educandos, tema que teremos oportunidade de dialogar em outro momento de nossa capacitação será a Educação do Campo.

Além das questões estruturais das escolas rurais ribeirinhas, uma outra situação é a questão pedagógica; muitas vezes é organizada de forma multisseriada, reunindo no mesmo espaço alunos de diferentes níveis de aprendizagem, ou seja do primeiro ao quarto ano do ensino fundamental, com apenas um professor responsável por toda a turma e ainda por diferentes tarefas dentro deste espaço escolar; ou seja o professor acaba exercendo diferentes funções e além de ser educador é aquele que cuida da merenda e da organização e limpeza do espaço.

Os trabalhadores e trabalhadoras da educação nas regiões das ilhas de Cameté-Pará, deveriam ser concursados pela prefeitura municipal em sua totalidade, contudo devido as dificuldades de acesso a maioria que ocupam o cargo por concurso acabam migrando para o município em determinado momento; e deixando as vagas de professores ribeirinhos em vacância que acabam sendo ocupados por professores contratados, ou seja regime temporário. Vagas de trabalho que se tornam moeda de valores nas mãos de políticos oportunistas, que aproveitam de uma sociedade carente de oportunidades de trabalho e usam das vagas de professores contratados como cargo de confiança e favores eleitorais, determinando assim a renovação ou não do contrato de trabalho do professor.

História oral: o ser professora e o significado do livro didático nas escolas ribeirinhas

Refletir sobre os usos do LD de LP nas escolas ribeirinhas de Cameté, e seu significado para os professores é um dos desafios destes pesquisadores e pesquisadora. Propomos assim trabalhar, com memórias de algumas educadoras que atuam nas redes de ensino municipal, onde buscamos compreender as relações destas trabalhadoras com as ilhas, na tentativa de evidenciar a compreensão e significação do LD e a cultura local na construção do processo identitário do aluno e para isso trabalhamos com a prática da história oral.

Através da História Oral, nos é oportunizado analisar as muitas histórias não ditas e ou silenciadas pela historiografia oficial, que não está presente escrita, desenhada nos livros didáticos, sendo na maioria das vezes as memórias das pessoas comuns, de pessoas que não participam das questões políticas, de pessoas marginalizadas da sociedade e, através dessas memórias, nos é possibilitado conhecer as diferentes culturas, pois “Fontes

orais contam-nos não apenas o que o povo fez ou o queria fazer o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997a, p.32).

Muito mais que documentos históricos, as narrativas orais são memórias de sujeitos que merecem que sua vida seja conhecida e considerada como parte fundamental da ideologia e que se revele no momento da entrevista de cada narrador. Trabalhar com a história oral nos permite conhecer a história de vida onde se constitui cada um de nossos narradores:

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que as vezes não tem como ser entendidas ou elucidadas de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares (AMADO, 2002, p. 14).

Através das entrevistas realizadas com as professoras tivemos a oportunidade de conhecer os múltiplos olhares sobre a labuta cotidiana de ser uma trabalhadora da educação ribeirinha e o significado do LD de LP para cada um em sua prática docente em sala de aula. Somente pela história oral é que conseguimos informações que não existem em documentos escritos através da historicidade das narradoras, afinal,

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, e aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados (...). Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas lançam nova luz sobre as áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas (PORTELLI, 1997, p. 31).

Trabalhar com narrativas orais é ter contato com a memória, e entender a memória é compreender que a história é constantemente recortada a partir de “um ir e vir no qual os relances da memória ora realçam uns fatos ora reprimem outros” (DOMINGUES, 2011), assim a memória tem poder e pode ser utilizada pelo poder. Faz-se necessário, portanto, uma compreensão política da memória. Se o poder da memória for bem utilizado, as relações que estabelecem entre os seres e entre as coisas contribuirão para o exercício da cidadania, da consciência do indivíduo, o reconhecimento dos grupos sociais, principalmente as minorias que a sociedade tendem a silenciar, apagar ou deixar de registrar suas lutas, resistências e até mesmo a própria existência.

Labutas de estar e ser professor (a) nas ilhas

Trabalhar no interior da Amazônia ainda é um grande desafio para os profissionais da educação, uma vez que as realidades, os contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais são distintos e merecem uma atenção específica dos governantes deste país e não possuem. Estar e ser um professor nas escolas ribeirinhas, significa vivenciar uma labuta cotidiana que exige um esforço contínuo e permanente para o desenvolvimento de atividades de ensino. O labutar significa lutar dentro de uma lógica contraditória do acesso e permanência na escola onde as condições não são suficientemente adequadas para atender as necessidades de ensino tanto dos professores, quanto dos próprios alunos, pois a realidade impede que haja uma educação para todos, respeitando assim, as diversidades culturais das populações.

Um dos grandes motivos que motivou a nossa atividade acadêmica foi a oportunidade de aprofundar a cada instante formas de pesquisa, interdisciplinar, com outras áreas do saber; pesquisando outros aspectos da realidade social que se manifesta no cotidiano e nas diferentes artes de se dizer e significar na sociedade; principalmente como educador a partir das pesquisas de campo, com a análise crítica histórica social, com o olhar etnográfico e dos diálogos que tivemos com algumas professoras que nos permitiram com a prática da história oral compreender parte das labutas cotidianas do ser um professor e estar nas escolas ribeirinhas da cidade de Cametá em meio a Amazônia Tocantina, bem como qual o significado do Livro Didático na prática docente para estas educadoras.

A fonte oral e a observação da pesquisa de campo tornaram-se fundamentais para a composição de nossas análises para melhor entendimento das práticas cotidianas individuais e coletivas dos sujeitos sociais envolvidos no processo de ensino aprendizagem dentro do espaço escolar, e neste caso a professora das escolas ribeirinhas. As memórias são, portanto, entendidas neste texto como experiências historicamente construídas e constantemente modificadas que fazem do passado uma dimensão importante na construção do presente. Para isto a prática da história oral deve ser realizada com compromisso social e Alessandro Portelli (1997) ao falar sobre história oral, destaca o pluralismo resultante desta prática cultural que trata das visões particulares da verdade, permitindo a construção do conhecimento por várias abordagens. Indicando que a narrativa, a entrevista é dada a partir do filtro da memória de cada narrador e de sua

subjetividade, que os levam escolher o que quer falar ou não, ao se referir aos entrevistados diz:

Podemos ter status, mas são eles que têm as informações, e gentilmente compartilham-nas conosco. Manter em mente esse fato significa lembrar que estamos falando não com “fontes” – nem estamos por elas sendo ajudados – mas com pessoas (PORTELLI, 1997, p. 24).

E assim dialogamos com nossas narradoras com muito respeito e sempre tendo em mente que estas são sujeitos sociais, que naquele momento estavam partilhando conosco memórias, experiências de suas vidas, de suas labutas diárias, do seu ser professora; desta forma buscamos refletir sobre os diferentes fragmentos de lembranças e realidades compartilhados conosco. Através das memórias das professoras foi possível caminhar na busca de pequenos mecanismos que constituem a teia de relações sociais e de como as vivências atuam no tempo e no espaço, pois: “A memória é, por definição, um termo que chama a nossa atenção não para o passado, mas para a relação passado-presente” (FENELON, 2004, p. 286), é a partir das experiências do passado que compreendemos o presente, no ir e vir da memória se (re) significando e fazendo sentido.

A memória é parte constituinte da cultura, e como tal das experiências das pessoas, portanto, as lembranças estão intimamente ligadas ao espaço encontrado e vivenciado por cada uma das professoras que dialogamos; o estar e ser uma professora nas escolas ribeirinhas faz parte das práticas culturais dessas mulheres que cotidianamente lidam com as realidades dos alunos e do espaço escolar.

A fonte oral vem se tornar uma condição necessária para a realização de muitas pesquisas, principalmente para aquelas que tratam de pessoas comuns, afinal:

Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que tem tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante. (PORTELLI, 1997, p.35)

Dado a importância da história oral não somente como uma metodologia, mas sim como uma prática de pesquisa, realizada com compromisso social, buscaremos trazer para este texto alguns recortes das narrativas de nossas narradoras buscando compreender o que significa ser uma professora ribeirinha e qual relação estas estabelecem com o LD de LP.

Foi em nossos diálogos, que pudemos exercer a arte da escuta com Célia nossa primeira narradora, que exerce a profissão há mais de 25 anos, mulher guerreira, empoderada que tem uma labuta diária intensa; pois além de dar aulas na ilha, quando não está na escola dirige e realiza todos os trabalhos de sua pastelaria e também bate açaí para vender; foi entre estes intensos afazeres diários, que ao perguntarmos a professora Célia se está gostava de lecionar na escola ribeirinha nos diz:

Sim! Até porque eu nasci na ilha e eu me orgulho do meu trabalho... de dedicar aos alunos do interior das ilhas. São alunos bem tranquilos. Sabe? Até mesmo a gente está mergulhado na nossa realidade, na nossa região. Ai a nossa cultura está mergulhada nessa Amazônia, nesse interior. Então, eu gosto de trabalhar, sempre trabalhei lá, todos os anos de trabalho foi lá (entrevista realizada com Célia no dia 08-09-2020. na cidade de Cametá- PA).

A professora Célia ao dialogar conosco traz em sua memória que para ela ser professora tem um significado conectado a sua cultura, com as suas raízes e que isto muito a orgulha; ou seja trabalhar em uma escola ribeirinha para Célia é vinculado a um sentimento de pertencimento já que está é nascida e criada no interior da Amazônia Tocantina. Ao narrar suas lembranças nossa narradora traz em suas palavras um sentimento de pertencimento ao lugar, ao interior de Cametá, a região das ilhas, que constitui parte de sua identidade e se (re)significa no tempo vivido. A escola ribeirinha torna-se um espaço ideológico e simbólico, onde se partilha valores, saberes e memórias:

Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLACK, 1992, p.05)

Os significados que constituem a identidade e pertencimento de ser uma professora ribeirinha são elaborados e reelaborados a todo momento conforme a experiência vivida, que se constituem na memória individual e coletiva de nossa narradora e o ser professora em uma escola ribeirinha para Célia foi pensado a partir de suas significações e práticas vivenciadas neste espaço de trabalho e de morada no interior da Amazônia, afinal pertencer é se identificar. Continuando nosso trabalho com a história oral, tivemos a alegria de dialogar com a professora Rosilene; que é professora há a 24 (vinte e quatro anos), e leciona a disciplina Língua Portuguesa como contratada em uma ilha de Cametá do sexto ao nono ano, sobre ser professora do interior ela nos diz:

Gosto de ser professora das ilhas, por causa que há muito tempo eu venho trabalhando e apesar de ser contrato, mas é um trabalho que é gratificante... eu acho gratificante poder ajudar esses alunos na educação. Que tem aqueles alunos que não tem como as vezes, ne.... aí é muito gratificante para o professor ribeirinho trabalhar nessa localidade na ilha (Entrevista realizada com Rosilene dia 11-09-2020).

Neste mesmo trilhar também entrevistamos dona Fatima, professora concursada há dez anos, especialista em administração escolar e que ministra aulas de Língua Portuguesa do sexto ao nono em uma ilha de Cameté:

Gosto absolutamente, inclusive eu já trabalho desde 2009 e sempre foi nas ilhas, ne. Eu posso te dizer que eu acho que entra muito a questão de você querer ajudar aquele povo, ne. querer tocar naquelas pessoas que “entre aspas” precisam de uma atenção bem maior do que o pessoal da cidade. Todos precisam de atenção, sim com certeza, mas o pessoal da ilhas tem que ser um pouquinho mais delicado com eles. Pelo fato deles ajudarem os pais em casa, principalmente na questão da apanhação de açaí que é uma das principais fontes de renda das pessoas que vivem nas ilhas (Entrevista realizada com Fatima no dia 10-09-2020).

Tanto no diálogo com Rosilene quanto com Dona Fatima o sentido de solidariedade, de ajudar e de gostar estar e atuar nas ilhas foi marcante em suas lembranças; no ato de falar ambas demonstram que atuam a muito tempo nas escolas ribeirinhas e trazem um sentimento de bem querer a profissão e as comunidades ribeirinhas.

Contudo nas memórias de Fatima, única professora concursada que entrevistamos, gostaríamos de destacar quando está nos diz que os povos das ilhas precisam “de uma atenção bem maior do que o pessoal da cidade.”, pois ela demonstra em sua fala a percepção que a mesma tem das diferenças sociais entre o campo e a cidade, inclusive das práticas cotidianas vivenciadas pelos alunos por conta da falta de políticas públicas necessárias para sobrevivências dos povos das florestas amazônicas, quando estes tem que “ajudarem os pais em casa, principalmente na questão da apanhação de açaí” para garantir o sustento da família e desta forma prejudicando sua permanência na escola nos seus estudos.

São muitos os fatores que desmotivam e interferem na permanência dos professores e principalmente dos alunos dentro das escolas ribeirinhas como transporte, falta de espaço adequado, seja pela dificuldade de estar nas ilhas como educadores e exercer esta função de forma adequada e ou estar na escola como aluno em condições de

ser aluno e recebido adequadamente em um espaço escolar devido com condições estruturais, administrativas e pedagógicas que atendam as realidades das comunidades ribeirinhas, pensadas a partir das práticas culturais, experiências de vida dos educandos.

Todas nossas narradoras expressaram em suas lembranças no momento de nossos diálogos que possuem uma relação social com as escolas, com as comunidades ribeirinhas de forma muito forte, que constroem laços identitários de uma cultura amazônica e que o ensino:

Não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola etc. (TARDIF, 2006, p. 11).

O ser professora ribeirinha também está vinculada com suas histórias de vida e como seu processo de construção identitária, pois o saber se constitui e se (re)significa cotidianamente, não é algo imutável, sem movimento. É no chão da escola, no navegar com os alunos, durante mais de duas décadas que Célia, Rosilene e Fatima se fazem trabalhadoras da educação, professoras ribeirinhas.

Livro Didático: Instrumento de ensino e de memória

O professor (a) trabalhador (a) da educação na sua prática de ensino, busca articular os elementos disponíveis que contribui para o aprendizado dos alunos, pois aqui o LD é um dos meios do processo de aprendizado que serve como material muito utilizado pelos professores nas suas aulas principalmente nas regiões ribeirinhas das Ilhas. A utilização do LD é notável quando dialogamos com a professora Célia no qual nos diz:

Olha mas no interior, na ilha mais o livro didático, porque é uma ferramenta que é mais fácil de ter acesso porque nas ilhas nem sempre tem energia para fazer pesquisa tem dificuldade no nono e assim e uma serie assim e já tem mais dificuldade de tarefa fazendo pesquisa, e o livro didático é uma ótima ferramenta que o aluno tem mais acesso (Entrevista realizada com Célia no dia 08-09-2020).

O LD para professora Célia a partir de suas memórias quando rememorado pelo lugar da ilha, do “interior” é tido como o material “mais fácil de ter acesso”, nos remetendo as diferenças sociais e econômicas existentes entre e a região das ilhas e da cidade; o que acentua ainda mais a ausência de políticas públicas específicas para a educação do campo e das águas, com qualidade e para todos. Ao dialogarmos com Célia

observamos que o LD se torna na escola ribeirinha, talvez ainda mais forte que nas escolas públicas de terra firme o principal instrumento de trabalho e como a professora diz para ela “uma ótima ferramenta”.

O livro didático apresenta-se como um dos principais instrumentos na iniciação do aluno na leitura, prática hoje exercida precariamente e por poucos, numa época em que ler representa conviver em sociedade (SMITH, 1989), sendo desta forma este material nosso principal objeto de análise, pois, “o professor pode vir a ser um mediador inconsciente dos estereótipos se for formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão” (DIAS, 2005, 43); é sobre essas formas de reflexão que compreender o significado do LD para nossas narradoras foi muito importante para esta análise, pois ao ainda Célia afirmar em sua narrativa “nas ilhas nem sempre tem energia para fazer pesquisa tem dificuldade” além de enfatizar que a falta de energia impossibilita os alunos e alunas das escolas ribeirinhas de fazerem pesquisas por exemplo em plataformas digitais, pois sem energia não se tem acesso a internet, quando é possível a ter sinal a esta; nos demonstra que o papel do professor como mediador além de uma visão técnica e positivista, ou seja, de um professor atento as novas possibilidades de se fazer a ensinar e aprender em sala aula além do LD é fundamental, mesmo sabendo que este não poderá assumir o papel do Estado que mantém a ausência de políticas públicas para a educação em especial para o contexto da Amazônia, pois como nos disse Rosilene:

O livro a gente usa... não tem muita coisa no livro didático, a gente vai a procura pra organizar a aulas... que seja da região porque só no livro didático não tem muita coisa que venha abranger esse aluno... não tem da nossa região. Não tem nada a ver com a região que a gente mora. (Entrevista realizada com Rosilene no dia 11-09-2020).

A professora Rosilene ao observar que o LD “não tem muita coisa” “que seja da região” traz em sua lembrança um sentido muito importante não embutido no material didático, pois um dos pontos importante tratados na LDB 9394/96 referente ao currículo é o artigo 26, da seção I, no capítulo II que estabelece:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996).

Assim sendo por lei na política educacional deveria ser garantida o desenvolvimento de conteúdo específicos das “características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”, contudo no principal instrumento de acesso à leitura fornecido pelo Estado aos alunos “não tem muita coisa” ou quase nada, sendo esta lacuna muito preocupante pois vivemos numa sociedade denominada pós-moderna, na qual os sujeitos sem identidade fixa ou permanente, podem se transformar diariamente em relação às maneiras pelas quais são representados ou interpelados pelos sistemas culturais que o rodeiam, indicando que a identidade é definida historicamente (HALL, 2004, p. 12-13).

Dentro desse raciocínio, ao retermos nas narrativas orais transcritas de Fatima esta menciona que o LD:

Não, não... ele não vem em nenhum momento especificado as localidades, os estados... porque cada lugar tem um tipo de cultura, é obvio, mas a BNCC ela deixa certo pros professores e para as escolas dos estados e dos municípios trabalharem de acordo com a sua cultura, de acordo com o ambiente. E isso a gente tenta o tempo todo mostrar dentro de sala de aula pros nossos alunos (entrevista realizada com a Fatima no dia 10-09-2020).

Fatima reforça aquilo que as professoras já haviam falado, do silenciamento das culturas no LD mas ainda assim, levanta discussões que são importantes quando mostra a BNCC como possibilidade de abertura, para que possam ser adaptadas, pelo professor nas especificidades do aluno de sua região trabalhando a cultura, já que de forma bem rara aparece algumas representações da cultura paraense no livro didático. Pois a cultura deveria estar presente no LD sobre os espaços da região amazônica, pois o que se tem são assuntos que como a professora Rosilene diz logo no início “não tem nada a ver” com a localidade com a realidade do aluno da Amazônia Tocantina.

Porém quando vamos para a questão local o LD pouco retrata ou dá ênfase para a cultura da Amazônia, ou seja, para a região de maneira específica dentro de seus distintos contextos históricos, econômicos, sociais e culturais. As realidades dos alunos na Amazônia são peculiares e específicas, e os LDs são meios de aprendizagem, e precisam abordar a cultura da Amazônia paraense que faz referência e representatividade da vida dos alunos das águas dos campos e das florestas paraenses.

Nas entrevistas orais realizadas segundos as memórias das professoras observamos que há um esforço organizado, independente do Estado, para aproximar os

educandos as suas culturas, saberes e práticas sociais do cotidiano na tentativa de formar uma visão integradora dos conhecimentos, contudo o LD ainda é o instrumento de apoio recorrente de grande força para todas elas:

É como eu disse, o livro didático dá o total apoio... é uma ferramenta principal numa sala de aula é o livro didático tanto por aluno como por professor. Também não é a questão do professor da aquela aula dele só daquele livro didático, está entendendo o livro didático é um apoio, uma ferramenta que vai dar suporte, ne... um professor... é protagonista que através daquele livro didático ele vai buscar fontes pra que ali ele possa readaptar as aulas dele. É uma ferramenta mesmo que indispensável, né (entrevista com Célia realizada no dia 08-09-2020).

Destacamos algumas palavras do diálogo que a professora tece, que são afirmativas do quanto o LD é importante na prática de ensino, dá o total apoio é uma ferramenta, e destaca o papel do professor quando diz que é protagonista e responsável pelo papel de educador, devendo este buscar outras formas, fontes para ensinar, contudo sem deixar o LD, que para Célia é indispensável.

Continuemos analisando outro recorte da narrativa da professora Fatima:

É um apoio, eu considero como um apoio nas minhas aulas, ne Porque as vezes a gente leva textos pra sala de aula... eu vou formular uma pergunta daquele texto pra trazer pro meu aluno pra ver se ele consegue responder... se de repente você não encontra a maneira correta de fazer essa pergunta, mas se você correr pro livro didático ele te dá uma ideia maior pra você poder formular corretamente, Porque as vezes nós professores... a gente faz muita pergunta direta e o livro didático quando ele traz uma questão pra gente ele busca um contexto maior. Então, a gente consegue, ne através desse apoio que é o livro didático a gente consegue é... formulação das nossas perguntas (entrevista com Fatima realizada no dia 10-09-2020).

Fatima também retoma em sua memória o LD como o apoio didático necessário, onde ela “corre” para o LD para uma ideia maior para formular perguntas, pois o aluno consegue entender o LD e não os textos além do LD. Observa-se tanto nos recortes das entrevistas das professora Célia quanto da professora Fatima que aqui trouxemos que o LD de fato é o principal instrumento de saber em sala de aula, ou seja é com este livro que o aluno tem contato com a prática de leitura diária dentro do sistema de ensino institucionalizado do Estado e “diversas pesquisas têm revelado que são um instrumento a serviço da ideologia e da perpetuação de um “ensino tradicional (BITTENCOURT, 2004, p.300).

Breves considerações

Durante o desenvolvimento deste texto científico, foi possível partilhar com os leitores experiências de pesquisas que tratam de uma das Amazônias do Brasil, em nosso caso da Amazônia Tocantina, principalmente no que tange o vivenciar e labutar de educadoras que entre estradas, rios, igarapés, navegam entre saberes e práticas de docência múltiplas para realizar o ato de ser um agente transformador de vidas pela e na educação.

Foi pela prática da História Oral, com compromisso social e de um olhar político e histórico (SARLO, 2005) que dialogamos com nossas narradoras para compreender o que é ser / atuar como educadora em uma escola ribeirinha em terras amazônicas, bem como suas dificuldades e formas de significarem o Livro Didático de Língua Portuguesa.

Com a interpretação das narrativas e pesquisa etnográfica nos foi permitido entender como o LD é um grande instrumento de ensino, de memória e de poder; pois a educação é responsável pela formação do sujeito. Sendo o LD considerado pelas educadoras, devido à ausência de políticas públicas, de capacitação e formação docentes, apoio e instrumento necessário na sala de aula, um instrumento pedagógico de apoio, ferramenta principal, para a prática docente e norteador desta prática.

Neste trilhar que como pesquisadores, educadores comprometidos com o social que muito nos preocupamos com o uso do LD, pois está claro a presença de um viés ideológico do Estado permeado nos conteúdos presentes e ou silenciado no livro didático como mais um mecanismo de controle da sociedade a serviço de um projeto político ideológico que mantenha sempre a sociedade dividida entre dominantes e dominados, ou seja mantendo a ordem capitalista e cumprindo o objetivo de formar o aluno capaz de ser uma mão de obra capacitada.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 5ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB, 9394/96**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. IBGE. Contagem da população. (2010, 2019, 2020). Disponível em: >. Acesso em: 30set. 2021.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX**. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DOMINGUES, Andréa Silva. **A Arte de falar**. Memória e experiências dos nordestinos da Colônia do Pulador. Anastácio-MS. Jundiái-SP: PACO, 2011.

FENELON, Déa Ribeiro. CRUZ, Heloísa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. In:**Muitas Memórias Outras Histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

PEIRANO, Mariza. “**Etnografia, ou a teoria vivida**”. PontoUrbe, ano 2, versão 2.0, fevereiro de 2008.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n.09, 1997a

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n.10, 1997

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias**. São Paulo: Edusp, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMETÁ, DIVISÃO DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL E CENSO ESCOLAR. Relação de escolas ribeirinhas por distrito número de alunos e localidade. Cametá, PA: Prefeitura Municipal, 2020.

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; GAUTHIER, Clermont. **Formação dos professores e contextos sociais**. Porto: Rés, 2006.

Recebido em: 21/08/2022

Aprovado em: 23/09/2022

Publicado em: 29/09/2022

